



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Ata da Audiência Pública realizada no dia dezesseis de abril do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. **Por voltas das nove horas da manhã**, o mestre de cerimônia **AGENOR OLIVEIRA**, procedeu com o protocolo de abertura desta audiência pública, e deu boas-vindas a todos, informando que ela se destina a debater sobre o tema: **“NÓS MULHERES QUEREMOS QUE A DELEGACIA DA MULHER FUNCIONE 24 HORAS EM SANTARÉM”**, por força da solicitação feita através do requerimento Nº **382/2026**, de autoria do vereador **JOZIEL COLARES (PRD)**. Em seguida, foram chamados para mesa de debates: a Excelentíssima Senhora Vereadora **ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)**, Primeira Secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santarém; o Excelentíssimo Senhor **INÁCIO CORRÊA**, Secretário Adjunto Regional de Governo do Baixo Amazonas; o Excelentíssimo Senhor Vereador **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)**, autor do requerimento e presidente da audiência; a Excelentíssima Senhora Delegada **ANDRESA SOUZA**, representante da Polícia Civil; a Excelentíssima Senhora Doutora **SOCORRO MARIALVA**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Santarém; a Excelentíssima Senhora Delegada **MÁRCIA RABELO**, titular da Delegacia da Pessoa Idosa; a Excelentíssima Senhora Professora Doutora **EDIENE PENA FERREIRA**, representante da Universidade Federal do Oeste do Pará; a Senhora **RAIMUNDA SILVA FERREIRA**, coordenadora do Centro Maria do Pará; a Senhora **ZILMARA SANTIAGO**, representante do Abrigo Estadual para Mulheres; a Senhora **NOEMI MORAES**, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; e a Senhora **LETÍCIA FERNANDES**, representante de movimentos sociais. Também foram convidados a participar do debate: Excelentíssima Senhora Vereadora **IVANIRA FIGUEIRA (PSD)**, Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Santarém; a Excelentíssima Senhora Vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)**; o Senhor **MARCELO LOUREIRO**, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura; a Senhora **PAULA PESSOA**, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; a Senhora **AMANDA**, psicóloga da Casa da Mulher; a Senhora **ADRIANA REGO**, coordenadora do Escritório Social Concretizando Direitos; a Professora **CLAIDE MARQUES**, representante da Secretaria Municipal de Educação; a Excelentíssima Senhora a Professora **JOCÉLIA**, diretora do Centro Profissional Esperança; a Senhora **EDNA ASSUNÇÃO DE JESUS**, representante da Associação de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas. Na abertura oficial dos trabalhos, a palavra foi concedida à Vereadora **ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)**, que ressaltou a importância da audiência pública e destacou a relevância da pauta, enfatizando a necessidade de implantação do funcionamento ininterrupto da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no município de Santarém. Destacou que a iniciativa demonstra sensibilidade e compromisso com a proteção das mulheres, especialmente por ter sido proposta por um parlamentar homem, evidenciando o entendimento de que o enfrentamento à violência contra a mulher é uma responsabilidade coletiva. Em seguida, assumindo a condução dos trabalhos, o Vereador **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** agradeceu a presença de todos os participantes e reforçou a importância da união entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo, os órgãos de segurança pública e a rede de proteção às mulheres para fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Destacou que a proposta visa garantir maior proteção às mulheres santarenas, especialmente em situações emergenciais ocorridas no período noturno, quando o atendimento especializado se mostra indispensável. O parlamentar informou ainda que seria elaborado documento oficial com as deliberações da audiência, a ser encaminhado ao Governo do Estado, reforçando o pedido de funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Destacou a importância do apoio institucional da Polícia Civil e da rede de proteção às mulheres, ressaltando que a iniciativa não se tratava de confronto institucional, mas de união de esforços em defesa da sociedade. Na sequência, a Vereadora **IVANIRA FIGUEIRA (PSD)** procedeu à leitura do Requerimento nº 382/2026, que fundamentou a realização da audiência pública. Posteriormente, a Vereadora **ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)** realizou a leitura da indicação legislativa apresentada pelo Vereador **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** ao Governo do Estado, solicitando oficialmente a implantação do funcionamento da Delegacia da Mulher em regime de 24 horas no município de Santarém. Após as leituras, o presidente da audiência concedeu espaço para apresentação institucional dos membros da mesa. Durante sua apresentação, a Vereadora **ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)** registrou preocupação quanto à ausência de representantes da Polícia Militar, especialmente da Patrulha Maria da Penha, ressaltando a importância da presença de todos os órgãos integrantes da rede de proteção e segurança pública. Diante da observação, o Vereador **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** solicitou a verificação formal dos convites encaminhados à Polícia Militar, confirmando que os ofícios haviam sido regularmente expedidos aos respectivos comandos, registrando em ata a ausência da corporação e informando que o fato constaria no documento oficial a ser encaminhado ao Governo do Estado. Encerrando as apresentações institucionais do primeiro momento da Audiência Pública foi iniciado os pronunciamentos. Aberta a fase de manifestações da sociedade civil e instituições convidadas, fez uso da palavra a Senhora **LUANA KUMARUARA**, representante do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns, que destacou as especificidades enfrentadas pelas mulheres indígenas no contexto da violência doméstica e familiar. Relatou que, além das dificuldades culturais e estruturais para o amadurecimento do processo de denúncia, há obstáculos concretos para a efetivação das medidas protetivas nas aldeias, sobretudo em razão da ausência de logística e de acesso rápido às comunidades. Ressaltou que a realidade das mulheres indígenas, quilombolas e das populações tradicionais da Amazônia exige políticas públicas e mecanismos de proteção adaptados às especificidades territoriais e sociais desses grupos. Na sequência, a advogada **LEILA PADUANO**, atuante há mais de dez anos na defesa exclusiva de mulheres, enfatizou que a discussão acerca do funcionamento ininterrupto da Delegacia da Mulher já é antiga e que a sociedade reconhece a necessidade urgente dessa medida. Destacou que o atendimento inadequado e a ausência de estrutura especializada acabam por revitimizar mulheres em situação de violência, reforçando a necessidade de servidores capacitados, estrutura adequada, viatura própria e atendimento humanizado. Ressaltou ainda a importância de garantir a aplicação efetiva das legislações já existentes. Durante a audiência, foi registrada a presença dos Vereadores **ALEXANDRE MADURO (MDB)**, **RENILSON VINTE (PSD)** e **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)**. Em seguida, fez uso da palavra o Senhor **ROGÉRIO BATISTA**, representante comunitário, que recordou debates anteriores sobre a mesma pauta realizados no âmbito do Poder Legislativo municipal, ressaltando que a necessidade do funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher é uma demanda histórica ainda não plenamente atendida. Defendeu o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e educação, especialmente no ambiente escolar, como mecanismo de enfrentamento à violência de gênero, além da ampliação da humanização no atendimento às vítimas. Posteriormente, a Senhora **EDNA ASSUNÇÃO DE JESUS**, representante da Associação das Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas e da Associação das Mulheres Domésticas de Santarém, relembrou a luta histórica pela implantação da Delegacia da Mulher no município, iniciada há mais de três décadas. Destacou que, apesar dos avanços conquistados, os índices de



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

violência contra a mulher continuam elevados, o que reforça a necessidade do funcionamento ininterrupto da unidade policial. Defendeu ainda que a Delegacia da Mulher funcione com equipe completa e estrutura adequada para atender à demanda existente. Na sequência, foi concedida a palavra ao Vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PRD)** que parabenizou a iniciativa da audiência pública e reconheceu a importância da pauta para o município de Santarém. Destacou que grande parte dos casos de violência contra a mulher ocorre no período noturno e nos finais de semana, circunstância que reforça a necessidade de funcionamento integral da Delegacia da Mulher. Ressaltou também que as medidas protetivas precisam ser fortalecidas e que o combate à violência exige não apenas estrutura policial, mas também equipe multiprofissional para acolhimento psicossocial e encaminhamento das vítimas. Fazendo uso da palavra, a Vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)** destacou a importância da presença feminina nos espaços de poder e decisão, ressaltando o compromisso da Câmara Municipal com o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres. Informou sobre os avanços nas articulações para implantação da Casa da Mulher Brasileira em Santarém, ressaltando que o município já reúne os requisitos necessários para receber o equipamento, incluindo rede de apoio estruturada e área destinada para implantação. Também informou sobre as articulações realizadas junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal para viabilização da Delegacia da Mulher com funcionamento 24 horas e da Casa da Mulher Brasileira. Na sequência, a Vereadora **IVANIRA FIGUEIRA (PSD)** destacou a realidade vivenciada nas regiões ribeirinhas e comunidades tradicionais, especialmente no que se refere às dificuldades de acesso aos serviços de proteção e acolhimento. Ressaltou a importância de fortalecer as políticas de prevenção e educação, especialmente no ambiente familiar e escolar, visando à formação de novas gerações pautadas no respeito às mulheres. Também destacou a necessidade de ampliar a atuação da rede de proteção para alcançar de forma mais efetiva as populações do interior e reafirmou seu compromisso com a luta em defesa dos direitos das mulheres. Dando prosseguimento às manifestações parlamentares, fez uso da palavra o Vereador **ALEXANDRE MADURO (MDB)** que parabenizou o autor da proposição pela iniciativa e destacou a relevância da audiência pública como instrumento de fortalecimento das políticas de proteção às mulheres. Ressaltou a importância da união entre os Poderes e a sociedade civil organizada para o enfrentamento da violência de gênero, reconhecendo avanços recentes na segurança pública estadual, especialmente com a ampliação do efetivo policial. Enfatizou ainda a necessidade de campanhas educativas e ações preventivas no ambiente escolar e comunitário, visando à conscientização da sociedade sobre o respeito e a proteção às mulheres. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** que destacou a importância do debate e reafirmou o compromisso do Poder Legislativo com a construção de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Informou que recentemente apresentou e teve aprovado projeto de lei relacionado ao enfrentamento da violência vicária no município de Santarém, ressaltando a necessidade de ampliar o arcabouço legal de proteção às mulheres. Defendeu também a criação de uma Secretaria Municipal da Mulher, como instrumento de fortalecimento institucional das políticas públicas voltadas ao segmento feminino. Em sua manifestação, criticou a insuficiência da estrutura estadual voltada à proteção das mulheres em Santarém, classificando como inadmissível a ausência do funcionamento integral da Delegacia da Mulher. Durante os debates, foi registrada a chegada da Tenente-Coronel **GISELE**, Subcomandante do Comando de Policiamento Regional I, convidada a compor a mesa dos trabalhos, representando a Polícia Militar do Estado do Pará. Em sua manifestação, a Tenente-Coronel **GISELE** esclareceu que a ausência



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

inicial da Patrulha Maria da Penha se deu em razão de operação estadual em andamento, voltada ao cumprimento e fiscalização de medidas protetivas em favor de mulheres vítimas de violência. Reafirmou o compromisso da Polícia Militar no enfrentamento à violência de gênero e destacou a importância da integração entre os órgãos de segurança pública e a rede de proteção. Na sequência, fez uso da palavra a Professora **JOCELIA**, diretora do Centro Profissional Esperança – Fundação Esperança, que destacou a importância da participação de estudantes na audiência pública como forma de formação cidadã e conscientização social. Ressaltou o papel da educação na transformação cultural e na construção de relações baseadas no respeito, especialmente na formação de meninos e jovens para o combate à violência de gênero. Posteriormente, a Senhora **ADRIANA REGO**, coordenadora do Escritório Social Concretizando Direitos, apresentou o trabalho desenvolvido pela instituição junto às pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, ressaltando a importância de políticas públicas integradas e intersetoriais no acolhimento e proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade e violência. Em seguida, a Delegada **ANDRESA SOUZA**, diretora da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e da Delegacia da Criança e do Adolescente, fez uso da palavra para esclarecer o funcionamento atual da Delegacia da Mulher em Santarém. Informou que a unidade funciona de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 18h, e em regime de plantão ininterrupto aos finais de semana, iniciando às 20h de sexta-feira até às 8h da segunda-feira. Ressaltou que o funcionamento integral em todos os dias da semana é um objetivo institucional da Polícia Civil, porém enfrenta limitações relacionadas ao déficit de efetivo. Explicou que a implementação de plantão diário de 24 horas exige a formação de equipes completas compostas por delegada, escrivã e investigadores, estrutura que atualmente não está disponível no município. Informou ainda a previsão de realização de concurso público estadual para reforço do quadro de servidores. Durante os esclarecimentos, o Vereador **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** questionou formalmente a composição atual do quadro funcional da Delegacia da Mulher, sendo informado que a unidade dispõe atualmente de uma delegada responsável pelos procedimentos, duas escrivãs e oito investigadores, estes compartilhados entre a Delegacia da Mulher e a Delegacia da Criança e do Adolescente. Diante da informação, o Vereador **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** destacou que a Câmara Municipal encaminharia manifestação oficial ao Governo do Estado em caráter de urgência, solicitando providências imediatas para reforço do efetivo e implantação do funcionamento integral da Delegacia da Mulher, enfatizando que a população santarena não pode aguardar a realização de concurso público para o atendimento dessa demanda. Na sequência, fez uso da palavra a Senhora **EURILENE GALÚCIO**, coordenadora da Fundação Parápa no Baixo Amazonas, que apresentou o trabalho preventivo e de acolhimento desenvolvido pela instituição em Santarém e municípios da região. Destacou que, apesar do quadro reduzido de profissionais, a instituição mantém programação permanente de ações educativas, palestras e campanhas de conscientização em escolas, igrejas, empresas e comunidades, atuando de forma integrada com a Delegacia da Mulher e a rede de proteção. A Senhora **NOEMI MORAES**, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, destacou a importância institucional do Conselho como órgão deliberativo e fiscalizador, responsável por acompanhar e avaliar o funcionamento da rede de proteção às mulheres no município. Informou sobre visitas técnicas realizadas aos órgãos de atendimento à mulher, reafirmando a necessidade de funcionamento integral da Delegacia da Mulher e a urgência no fortalecimento dos serviços de acolhimento e proteção. Fazendo uso da palavra, a Professora **CLAIDE MARQUES DE AZEVEDO**, representante da Secretaria Municipal de Educação,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ressaltou a importância do compromisso institucional da educação com a pauta do enfrentamento à violência contra a mulher, destacando o papel da escola na formação de valores, respeito e cidadania. Na sequência, a Doutora **JAQUELINE MENDES**, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Santarém, destacou que a violência contra a mulher é estrutural e decorre de padrões históricos de desigualdade de gênero, ressaltando a importância de políticas públicas e da educação como instrumentos fundamentais de enfrentamento. Reforçou a necessidade de implementação de legislação municipal voltada à conscientização nas escolas e colocou a OAB à disposição para integrar e fortalecer o documento oficial que será encaminhado ao Governo do Estado. Na sequência a Professora Doutora **EDIENE PENA FERREIRA**, representante da Universidade Federal do Oeste do Pará, fez profunda reflexão sobre a permanência histórica da violência contra a mulher e a necessidade de superação de estruturas culturais que perpetuam desigualdades de gênero. Destacou que a violência física representa a fase extrema de um processo que se inicia em práticas discursivas e culturais naturalizadas no cotidiano. Ressaltou a importância da educação, do acolhimento qualificado e da construção de políticas públicas efetivas que não apenas reprimam a violência, mas atuem em sua prevenção e transformação estrutural. A vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)** solicitou o uso da palavra para destacar a necessidade de ampliação do debate acerca da estrutura de atendimento às mulheres vítimas de violência no município, chamando atenção para a situação do Centro Maria do Pará, que, segundo relatou, encontra-se sem atendimento jurídico adequado desde o ano anterior. Ressaltou que atualmente o espaço dispõe apenas de atendimento psicológico, carecendo de suporte jurídico essencial para orientar mulheres em situação de violência, especialmente aquelas amparadas por medidas protetivas. Defendeu que sejam adotadas providências imediatas para sanar a deficiência estrutural e fortalecer o acolhimento às vítimas. Na sequência, o professor **MACICLEI** manifestou apoio à proposta de ampliação do funcionamento da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, reconhecendo sua importância como instrumento de resposta às denúncias e ao enfrentamento da violência. Destacou a gravidade do cenário de violência contra as mulheres em âmbito nacional, estadual e municipal, repudiando qualquer forma de agressão, seja física, psicológica, patrimonial ou feminicídio. Ressaltou a importância de ações preventivas, enfatizando o papel fundamental da família na formação de valores como respeito, amor e dignidade. Defendeu a união entre sociedade civil, poder público e instituições para fortalecer as ações de prevenção e enfrentamento à violência, valorizando o papel das mulheres na sociedade e reconhecendo os avanços conquistados por elas em espaços de liderança e representação. A Delegada **ANDRESA SOUZA** retomou a palavra para informar sobre a existência da Delegacia Virtual Especializada de Atendimento à Mulher, ferramenta disponibilizada no portal da Polícia Civil do Estado do Pará, por meio da qual as mulheres podem registrar denúncias, solicitar medidas protetivas e até requerer perícias sem necessidade de deslocamento presencial. Explicou que o mecanismo tem sido importante para ampliar o acesso à proteção, especialmente diante das limitações de funcionamento presencial da delegacia em determinados horários. A senhora **LETÍCIA** fez uso da palavra para apresentar reflexões sobre a realidade da violência contra as mulheres, destacando a importância de que as políticas públicas alcancem efetivamente as comunidades mais distantes e a população do interior do município. Defendeu que as estatísticas oficiais possam contemplar de forma mais precisa os casos de violência ocorridos nas zonas rurais e comunidades interioranas, permitindo maior compreensão da dimensão do problema e subsidiando políticas públicas mais eficazes. Ressaltou ainda a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

necessidade de fortalecimento da coragem, da consciência e da busca por proteção como instrumentos fundamentais para o enfrentamento da violência. A vereadora **ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)** iniciou sua manifestação reforçando a relevância da discussão e destacando que a aplicação da Lei Maria da Penha ainda enfrenta dificuldades para alcançar de forma efetiva as comunidades mais distantes do município, especialmente nas regiões de rios e planalto, onde muitos casos permanecem invisibilizados ou encobertos no ambiente familiar. Defendeu a ampliação das ações de proteção para além da zona urbana, fortalecendo o alcance territorial das políticas públicas. A parlamentar ressaltou iniciativas desenvolvidas pela Procuradoria da Mulher, como a proposta de Procuradoria Itinerante, visando levar orientações, escuta e acolhimento às mulheres em regiões afastadas. Recordou ainda debates anteriores promovidos pela Câmara Municipal sobre violência contra a mulher e enfatizou a necessidade de que audiências públicas resultem em encaminhamentos concretos. Na oportunidade, procedeu à leitura da Nota de Reivindicação elaborada no âmbito da audiência pública, documento direcionado ao Governo do Estado do Pará, solicitando o funcionamento ininterrupto, em regime de 24 horas, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Santarém. O documento destacou a gravidade da violência contra a mulher como violação de direitos humanos, apontou fragilidades na atual estrutura de atendimento e reforçou a urgência da ampliação do serviço especializado, bem como a necessidade de fortalecimento da rede de proteção e da criação de uma Secretaria Municipal da Mulher. A senhora **NOEMI**, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sugeriu adequação na redação da nota de reivindicação, propondo que o documento representasse não apenas as mulheres, mas também os homens presentes e comprometidos com a causam, reforçando a importância do envolvimento coletivo no enfrentamento ao feminicídio. Destacou a existência do Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, envolvendo diversos ministérios, e reiterou a importância da criação de uma Secretaria Municipal da Mulher em Santarém como instrumento de fortalecimento e articulação das políticas públicas voltadas à proteção feminina. Encaminhando o encerramento, o **VEREADOR ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** informou que havia solicitado dados oficiais referentes ao atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica no município, destacando que, no ano de 2025, a Delegacia Especializada realizou o atendimento de 2.270 mulheres. Ressaltou que o número evidencia a necessidade urgente de fortalecimento da estrutura de atendimento e reafirmou o compromisso de encaminhar o documento de reivindicação ao Governo do Estado, juntamente com manifestações institucionais de apoio dos órgãos e entidades participantes, visando fortalecer a mobilização em prol do funcionamento integral da Delegacia da Mulher. Ao final, declarou encerrada a audiência pública, reafirmando o compromisso de continuidade das articulações e das ações em defesa dos direitos das mulheres e pelo fortalecimento da rede de proteção no município de Santarém. Por fim, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a audiência pública. E, para constar, mandou lavrar a presente ata que, em anexo, encaminha a ficha de frequência de todos os presentes.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA “NÓS MULHERES QUEREMOS QUE A DELEGACIA DA MULHER FUNCIONE 24 HORAS EM SANTARÉM”, de autoria do vereador Enf. Joziel Colares (PRD), realizada no dia 16/04/2026.

NOME	INSTITUIÇÃO
Ana Júlia Pereira Silva	CEPES
Adelma dos Santos Rêgo	
Stephanie Grabelle de Souza Figueira	Cepes
Yasmim Silva Pinto	Cepes
Pedro Hugo Pereira Machado	Cepes
Mayra Luiz d. Silva	Cepes
Cinazayze Barbosa Pimentel	Cepes
Clarissa Moura Aragão	Cepes
Monica Moura Campino	Cepes
Jackson Figueira Gócio	Cepes
Ana Luiza Sousa Araújo	Cepes
Júlia Pereira Andrade	Cepes
Beralice dos Santos Silveiro	Cepes
Bernarda Vitorino Cardoso Guerreiro	Cepes
Rebeca da Silva Aguiar	Cepes
Carmelita do N. Souza	Cepes
Marcelo Pereira Franklin Rourino	Somim Pa
Elaine do Nascimento Silva	Cepes
Luana Clara Bastos Pereira	Cepes
Ana Carolina da Silva Sausalira	Cepes
Maria Galvão Barros da Silva	
Me. do livro Lima Maranhão	OM/PA
Kelliane Rose de Almeida Correia	Interprete
João Vitorino	C.M.S.
Edna Assunção de Jesus	ADMT-BAM
Mário Proença	C.M.S. Gab David Paiva
Andrez dos S. Paiva	Polícia Civil
Sebastião E.C. Pereira	Centro Comunitário D.
Jocélia Silva	CEPES
Shirley Regiane D. da Silva	MC LOKAS
Zilmaria Santiago Fernandes Lage	Aliado de mulheres - SEASTER
Raimunda Silva Ferreira	Centro M. de Paiva
Andreza Santos dos Passos	
Rogério P. Batista	Alameda M. Paiva

[illegible]



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA “NÓS MULHERES QUEREMOS QUE A DELEGACIA DA MULHER FUNCIONE 24 HORAS EM SANTARÉM”, de autoria do vereador Enf. Joziel Colares (PRD), realizada no dia 16/04/2026.

NOME	INSTITUIÇÃO
Juliane Gomes de Araújo	Cepes
Carly Leoni dos Santos Borges	Cepes
Leônica de Carvalho	Cepes
Natália Alves Nascimento	Cepes
Debra Barro Xavier	Cepes
Gabriela Rocha	Cepes
Maria Elena de Lajia Serrão	Cepes
Natália Emile Almeida Sousa	Cepes
Vitor Marcelo C. Araújo	Cepes
Nicene Pinto de Araújo	Cepes
Isolucia Vitoria Lima Viana	Cepes
Adriana Gek Bentes Feneiro	Cepes
Giulane Soares Moraes	Cepes
Angela Maria dos Santos Rimentel	Cepes
Dâmela Patrícia Teles dos Santos	Cepes
Lucio Siqueira da Silva	Cepes
Luana Gisele de Almeida Pereira	Cepes
Camille Ferreira dos Nascimento	
Josiane Lopes Pinto	CEPES
Fabiola Freitas Lima	
Renner da Brindino Colares	
Bonaine Costa Amorim	CEPES
Daise Daniela R. dos Santos	CEPES
Márcia M. de S. Rebelo	Polícia Civil
Matilda Gabriela Beal Rebelo	CEPES
Manoelina Marques Ferreira	A.S.P.
Maria Isabel Silva Castro	AMBS
Ruth Helena dos Santos	AMBS
Juliane Paulo	AMBS
Luiza Carneiro Aguiar	NPPM/SEMTRAS
Edineia Lima Ferreira	Ufopa
Flávia Alves de Sousa	CMS - JOZIEL
Adriana Alves de Sousa	



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA “NÓS MULHERES QUEREMOS QUE A DELEGACIA DA MULHER FUNCIONE 24 HORAS EM SANTARÉM”, de autoria do vereador Enf. Joziel Colares (PRD), realizada no dia 16/04/2026.

NOME	INSTITUIÇÃO
Joziel Marques Colares	CMS
Francyskaiane Gonçalves	CEPES
Alba Leal	CMS
Fátima Pereira	CITAM / SEMMA
Guaciso Corrêa	S. R. G. B. S
Altair Almeida	Convidado
Danielo Paulo Pinto	Imprensa
Mariana Lipo de Souto	Escritório Social
Maria Rosimar R. Palheta	ASBAMA - Maracanã
Natasha Rambova B. Xavier	Procuradoria da Mulher
Amanda Agnieszka Paumgartner	Psicóloga Casa de Mulher (C.R.M.)
Murilo M. Z. de Mota	CMS
Simone Aguiar da Silva	UEPA / CMDM
Marcelle Ferreira Lopes	93 99912 0281
Childe Marques de Azevedo	SEMED / CMDM
Deima de Sousa Silva	CASCAEC / SEMTRAS
Aluna Albuquerque	Gab. Erlon Rocha
Diego Silva da Silva	Blog do primeiro
Jennifer Cristina Lima Mendes Rocha	prefeitura
Eduene Barbosa Moraes	"
Matheus R.	
Geina Adida Carvalho de Sousa	
Dra. Fabiane Mendes	ASMUSS
Vanessa José Nave da Silva	CRGBA
Selene Silva Sousa	CRGBA
Ruiilson marinho Alves	C-M-S
Carlos arthur Pinto de S.	
Cilda Cilio M. Trindade	SEMTEL
Adolfo R. do Souto	"
Eduardo da S. Mota	CMS
Luana Kurnamara	CITA
maria	SEMPLE